

# Gestão escolar e democracia

Afixado por luisbraga - 15/06/06 17:06

Mandatos e limites de democraticidade também nas escolas

A gestão escolar está no fulcro das discussões sobre o ensino. Fala-se bastante dos resultados. Os estudos PISA voltaram a pôr-nos abaixo dos vigiados. Mas fala-se pouco dos métodos e do preexistente a eles, a configuração da gestão do sistema, especialmente no interior das escolas. No Público foi publicado um texto de leitor, corajoso, sobre isso. Um texto que deita sal grosso na ferida do tema que recheia parte importante dos discursos sobre gestão das escolas: a sua democraticidade. Falava-se das fragilidades das Assembleias de Escola, que deveriam ser os sumos órgãos dessa democracia de base comunitária e não o contrário.

O discurso sobre democracia nas escolas está ainda muito marcado pela História. Aliás, todo o nosso modelo de organização do sector público, e mesmo alguns aspectos a ele externos, estão marcados pelos restos dos 48 anos de salazarismo. Por muito que nos custe a aceitar, o salazarismo deixou a sua marca no país e que persiste, mesmo 31 anos depois do 25 de Abril. A marca está, em coisas simples e de consciência leve, desde o nome de organismos públicos (veja-se a ex-ADSE dos professores do Estado), a disposição das salas de tribunal, passando pela forma de escrever alguns requerimentos ou até, espantem-se, pelas Marchas Populares, tradição inventada na década de 30 e que caiu nas boas graças da Democracia, que nem lhes dá pela origem. E para aqueles que lerem estas linhas e fizerem cara de nojo e gesticularem horrorizados perante uma afirmação cripto-fascista, reitero que longe de mim ser tal coisa. Mas nos meus pouco mais de 30 anos tenho consciência histórica suficiente para não acreditar que, em 31 anos, um caldo de cultura de 48, e mais alguns séculos anteriores sem democracia, de repente se desvanecesse num regime de efectiva e irrestrita democraticidade. A Inglaterra anda nisto desde finais do século XVII e ainda há quem duvide ocasionalmente da democraticidade de alguns métodos!

## Democracia não é só voto

Como todos os processos repentinos, a nossa democracia sofreu como um bebé que começa a respirar e sorve com dor o primeiro ar (sem incubadora, como diria o outro, que tanto protestou pelo uso sensato da dissolução, um dos limites ao peso ilimitado do voto). Infelizmente, da Democracia, ficou mais vinculada a ideia da legitimidade pelo voto, do que a da representação da diversidade. O que só prova a decisão acertada que foi, a dos nossos Constituintes, terem escolhido para a forma dos órgãos o método proporcional e não o maioritário. Tivéssemos um sistema eleitoral à maneira dos britânicos (maioritário), e não teríamos tanta alternância para recordar nos 30 anos que passaram. Isso, e a nossa doentia mania da estabilidade (herdada talvez da memória da estabilidade salazarista), e provavelmente teríamos para contar histórias à moda do México em que, durante décadas, governou sem interrupção um partido com o caricato nome de Partido Revolucionário Institucional. E com eleições! Questionáveis, mas eleições! Por isso é que engenharias políticas como as que se propõem para as vereações municipais e os círculos uninominais sem ponderação de proporcionalidade (os quais ninguém, felizmente, propôs) precisam de ser bem estudadas.

O salazarismo está presente no desdém de alguns autarcas que alegam a falta de democraticidade da limitação de mandatos, os seus, que, ou superam, ou já se aproximam, do tempo de governo do próprio Salazar ou de Franco ou de Mussolini ou de Estaline ou de Fidel, só para citar com variedade alguns dos mais notórios acumuladores de mandatos. Esta comparação é última poder ser mais uma afronta a merecer desagravo e honra dos autarcas. Mas quem defende a Democracia daqueles que a insultam, dizendo que tudo se resume a votar e eleger e não pode haver limites a isso? Os Constituintes foram então anti-democratas ao limitar o mandato do Presidente da República? E não há nenhum autarca que venha defender os pobres funcionários dos municípios, impedidos de se candidatarem às suas câmaras e assembleias municipais de residência e de trabalho? Afinal se os autarcas ainda podem ter 3 mandatos, esses não podem ter nenhum. Por boas razões, mas assim se vê como os discursos inflamados de falta de democraticidade param no próprio umbigo, ainda para mais de uma barriga cheia de mandatos.

## Gestores escolares: entre o Presidente de Junta e o Querido Líder

Mas os que leram estes parágrafos dirão: mas que tem isto a ver com escolas? Já lá chegamos pela via da limitação dos mandatos. Um presidente de Junta, eleito numa freguesia de 200 habitantes ou menos, nenhum funcionário e uns trocos de orçamento, terá como limite 3 mandatos. Os Presidentes do Conselho Executivo de Escolas (ou agrupamentos como agora se diz) com dezenas de funcionários (muitas vezes contratados por eles e que neles podem votar), às vezes mais de uma centena de professores e centenas de alunos (com centenas de pais), o que faz deles o que dantes chamavam grandes influentes locais e com poder, podem ser reeleitos sem cessar e por um colégio eleitoral que, na prática, controlam ou porque lhes decidem aspectos essenciais da vida (carreira, faltas, dispensas, horários de trabalho, até a existência do próprio posto de trabalho, etc.) ou porque ninguém repara neles ou na sua dependência do voto.

E isto não encerra nenhum juízo sobre um caso concreto, que conheço vários, que se a limitação lhes chegasse, seria realmente uma pena. Mas havia reitores antes do 25 de Abril que eram pessoas estimáveis e respeitáveis, o sistema que era mau. Um limite destes, pensado em termos de igualdade, pode ter custos: as virtudes nos casos em que o limite faz falta, superam os custos.

Foi isto, por exemplo, que, em 1951, fez com que os americanos decidissem após 4 eleições do presidente Roosevelt,

vencedor de um guerra mundial e da maior crise econÃ3mica do sÃ©culo, proibir com a 22ª Emenda mais de 2 mandatos para o seu Presidente, provavelmente o governante individual titular de mais poder em qualquer sistema de governo democrÃ¡tico no mundo.

Da ficÃ§Ã£o das eleiÃ§Ãµes Ã dispensa delas

Quem estÃ¡ muito tempo com poder, sendo honesto e correcto, pode atÃ© construir formas de afectividade com os que representa e governa, que faÃ§Ãam dele um lÃ-der querido. O problema nÃ£o estÃ¡ aÃ-, mas nos que, de tanto lÃ¡ estarem, jÃ¡ exigem ser Querido LÃ-der Ã coreana ou desconfiam de quem nÃ£o os veja assim. Ou que dizem nÃ³s, quando realmente falam no eu. Nas escolas, e em todos os lados onde alguÃ©m exerÃ§a o poder sobre outro, o risco existe e uma Democracia tem de se defender desse risco: o risco da falta de diversidade e do equilÃ-brio estÃ¡tico pela travagem Ã mudanÃ§a a qual depende das pessoas e resulta delas.

A verdade Ã© que na administraÃ§Ã£o das escolas estas consideraÃ§Ãµes (como mostrava o texto sobre as assembleias de escola, mesmo sendo eleitas) tambÃ©m sÃ£o de levar em conta. O horror Ã polÃ-tica, heranÃ§a do salazarismo, faz com que isto nÃ£o seja pensado e muitos, atÃ© professores, desvalorizem o peso que tem na sua vida a pessoa, mÃ©todos, visÃµes e perspectivas do gestor de uma escola. Os pais alheiam-se dessa escolha e o peso numa escola na comunidade faz com que as instituiÃ§Ãµes nÃ£o olhem com neutralidade essa acÃ§Ã£o de gestÃ£o. Mas a verdade Ã© esta: quem tem mais poder e relevÃ¢ncia na vida de um cidadÃ£o com filhos, o Presidente da Junta, ou a pessoa que faÃ§a a gestÃ£o da escola que eles frequentam? Por isso, preocupaÃ§Ãµes com limitaÃ§Ã£o de mandatos de Presidentes de Junta, que nÃ£o podem fazer mal a uma mosca, tÃ£o pobres algumas delas sÃ£o, deviam coerentemente estender-se tambÃ©m aqui (e jÃ¡ agora a outros domÃ-nios da vida pÃblica onde haja eleiÃ§Ãµes, dentro do sector pÃblico). Ou entÃ£o, sabendo que muitos deles jÃ¡ sÃ£o nomeados, por falta de interessados em submeter-se a eleiÃ§Ãµes e por falta de gente habilitada com os curiosÃ-ssimos cursos de gestÃ£o escolar obrigatÃ³rios para a candidatura, acabe-se com o teatro melodramÃ¡tico, quase fantochada, das eleiÃ§Ãµes de gestores escolares.

Por isso Ã© defensÃ¡vel a existÃªncia de gestores nomeados de carreira, nomeados mas controlados pela sociedade de forma aberta e nÃ£o pela leviana ideia de um voto inconsequente.

Sendo defensor da limitaÃ§Ã£o de mandatos, atÃ© por fortes razÃµes de conhecimento da HistÃ³ria, reconheÃ§o que este acaba por ser um argumento para os autarcas que lutam contra ela: os gestores das escolas tambÃ©m deviam tÃª-la.

Mas, para comeÃ§ar, nÃ£o deviam ser eleitos. Deveriam ser mais sujeitos a controlo pÃblico e comunitÃrio, mesmo nÃ£o o sendo, deixando atÃ© a possibilidade de serem destituÃ-dos e mudarem regularmente. Vale mais um mÃ©todo com substÃ¢ncia democrÃ¡tica sem voto que a aparÃªncia formal do voto. Salazar tambÃ©m dizia que ia fazer â€œeleiÃ§Ãµes tÃ£o livres como na livre Inglaterraâ€. LuÃ-s Sottomaior Braga

---

## Re:GestÃ£o escolar e democracia

Afixado por FranciscoSantos - 24/07/06 16:07

O Regime de Autonomia das Escolas/Agrupamentos, fixado pelo DL 115-A/98, nÃ£o sendo um documento perfeito, contÃ©m um conjunto de ideias que poderiam ter conduzido a uma maior democraticidade na gestÃ£o das escolas. Desde logo porque, apesar de ser de uma forma mitigada, propunha uma separaÃ§Ã£o entre as funÃ§Ãµes de AdministraÃ§Ã£o (definiÃ§Ã£o da PolÃ-tica Educativa/ Projecto Educativo) que passou a ser cometido a um novo ÃrgÃ£o - a Assembleia de Escola - e as funÃ§Ãµes de GestÃ£o (execuÃ§Ã£o do Projecto Educativo e Plano Anual de Actividades) funÃ§Ã£o da responsabilidade do Conselho Executivo/ Director Executivo.

No Regime de Autonomia (espÃ-rito e letra) os Conselhos Executivos /Directores Executivos passaram a ter que responder perante as Assembleias de Escola, nas quais passou a estar representada toda a Comunidade - Pais, Professores, FuncionÃrios, Alunos, Autarquia, Actividades Culturais, EconÃmicas e Desportivas.

Infelizmente, passados que estÃ£o oito anos sobre a aprovaÃ§Ã£o e entrada em vigor deste novo regime de AdministraÃ§Ã£o e GestÃ£o das Escolas, o que se verifica Ã© uma total subversÃ£o dos princÃ-pios enunciados. Ao longo destes oito anos pudemos assistir Ã forma como os serviÃ§os regionais do ME, em colaboraÃ§Ã£o e conluio com os Conselhos Executivos, transformaram as Assembleias de Escolas/ Agrupamentos, em ÃrgÃos sem capacidade de intervenÃ§Ã£o, com funÃ§Ãµes meramente decorativas e de ratificaÃ§Ã£o das medidas dos Conselhos Executivos que deviam fiscalizar, transformando estes ÃrgÃos executivos no Ãltimo elo da cadeia hierÃrquica do centralismo do MinistÃ©rio.

Nestas circunstÃncias, Ã© fÃcil perceber como se chegou ao ponto de um auto-intitulado Conselho dos Directores Regionais, se arrogar o direito de "seleccionar candidaturas para ComissÃµes Executivas ProvisÃrias e ComissÃµes Instaladoras", em concurso exterior Ã s Escolas/ Agrupamentos nas quais nÃ£o foi possÃ-vel constituir listas de candidatos aos ÃrgÃos de gestÃ£o.

O primeiro passo para uma efectiva democratizaÃ§Ã£o e descentralizaÃ§Ã£o da AdministraÃ§Ã£o das Escolas/ Agrupamentos, passa pela necessidade de dignificar as Assembleias de Escola/ Agrupamento, alterando a sua composiÃ§Ã£o por forma a impedir uma presenÃ§a excessiva de docentes, promovendo uma representaÃ§Ã£o e uma participaÃ§Ã£o alargada das AssociaÃ§Ãµes de Pais e envolvendo as autarquias de uma forma mais efectiva nas decisÃµes deste ÃrgÃo.

No entanto, penso tratar-se de um passo que dificilmente serÃ¡ dado, uma vez que a cultura excessivamente centralista

---

da administraçãõ portuguesa, de que a burocracia do ME ã© um dos melhores exemplos, nãõ estarã; disposta a abrir mãõ de um poder que continua a garantir-lhe os privilãgios que possui na hierarquia do ministãrio.

=====

## Re: Gestãõ escolar e democracia

Afixado por Maria Rodrigues - 13/12/06 15:12

---

Em primeiro lugar ã© preciso por gestores nas escolas para assim acabarem com os compadrios, e nãõ porem sã³ os professores mais velhos nas melhores turmas e nos melhores horãrios.

Para termos uma melhor educaãõ tem que se acabar com a corrupãõ nas escolas, pois ã© das escolas que devem partir os bons exemplos. Mas nãõ ã© o que acontece. Hã; muita corrupãõ, daã- que hã; desmotivaãõ por parte de todos os educadores. E com esta desmotivaãõ surge a desmotivaãõ dos alunos o que conduz a um desmoronamento da instituiãõ enquanto escola.

=====